



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202085502136	Distribuição: 18/12/2020
Número Único: 0004319-12.2020.8.25.0075	Competência: 2ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto
Classe: Procedimento Comum	Fase: CONCILIAÇÃO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito

Dados das Partes

Requerente: ACLERCIO ALVES DOS SANTOS CRUZ
Endereço: RUA JOSÉ LEOPOLDO DE OLIVEIRA
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: TOBIAS BARRETO - Estado: - CEP: 49300000
Requerente: Advogado(a): DANILO SANTOS SANTANA 8119/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202085502136

DATA:

18/12/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202085502136, referente ao protocolo nº 20201218150803206, do dia 18/12/2020, às 15h08min, denominado Procedimento Comum, de Acidente de Trânsito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª
VARA CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO-SE**

ACLERCIO ALVES DOS SANTOS CRUZ, brasileiro, solteiro, agricultor, maior e capaz, portador do RG nº 36.304.938-1 SSP/SE e CPF nº 019.172.835-71, residente e domiciliada na Rua Antônio Dórea de Moraes, nº 446, Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49.300.00, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados in fine assinado, conforme procuração em anexo, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT** - em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, n.º 74, 5º andar - Centro -, Cep: 20.031-.205, Rio de Janeiro - RJ., pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

DA GRATUIDADE JUDICIARIA

Inicialmente, requer lhe seja deferido os benefícios da justiça gratuita, com fulcro no disposto ao inciso LXXIV, do artigo 5º da CF e na Lei no 1.060/50, em virtude de ser pessoa pobre na acepção jurídica da palavra e sem condições de arcar com os encargos decorrentes do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

De acordo com o art. 99 § 3º do NCPC, as pessoas físicas ou naturais fazem jus ao benefício da gratuidade processual sem a necessidade de realizar qualquer espécie de prova. Vejamos:

Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...] § 3º Presume - se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Sobre a matéria, vejamos recente entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA - AFIRMAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO SEM COMPROMETIMENTO DE SEU SUSTENTO E DE SUA FAMÍLIA - PRESUNÇÃO RELATIVA - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 98 E 99 DO CPC - ELEMENTOS NOS AUTOS QUE DEMONSTRAM A NECESSIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PLEITEADO - DECISÃO REFORMADA. I -(...). III - AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.Nº do processo: 201600822185 / 0007621-22.2016.8.25.0000 -

Em uma análise mais sucinta sobre o benefício de justiça gratuita, o mesmo tem a grande finalidade constitucional de dar acessibilidade à justiça às pessoas que, **EM VIRTUDE DE SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA NO MOMENTO DA DEMANDA, NÃO POSSUEM MEIOS DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS.**

Destarte, os §2º e §3º do art. 99 do CPC/2015 disciplinou recentemente a comprovação da insuficiência financeira. Assim, o juiz deve presumir como verdadeira as alegações de hipossuficiência, devendo somente indeferir o benefício de justiça gratuita se houver nos autos elementos suficientes que comprovem a capacidade econômica da parte em arcar com as custas, com isso, PUGNA pelo deferimento dos benefícios da justiça gratuita.

DOS FATOS

Em 25/10/2020, em via pública, o requerente foi vítima de acidente de trânsito enquanto estava pilotando sua motocicleta; o acidente foi provocado por causa de outro piloto que estava no meio da rodovia parado.

Além do que foi dito acima, a rodovia que o trafegava esta em péssimas condições, diante da situação, o autor perdeu o controle e caiu no solo, conseqüentemente teve escoriações no corpo, quebra de quatro dentes e pontos no nariz, o mesmo foi encaminhado pela SAMU para o Hospital São Vicente de Paulo, conforme boletim de ocorrência em anexo.

Registra-se, que o veículo que o autor se encontrava é licenciado, com o licenciamento adimplente à época do acidente.

No mais, o veículo em questão obedece à motocicleta modelo (Honda/NXR 160 Bros Esdd), cor preta, placa QML2J13, chassi 9C2KD0810LR04223, número do motor KD08E1L042461, RENAVAM 01230058459, licenciado em nome do senhor DANILO SANTOS SANTANA, conforme cópia do documento e boletim de ocorrência em anexo.

Assim, conforme boletim de ocorrência e alguns relatórios médico em anexo, comprovam que o autor em virtude do acidente automobilístico sofreu escoriações no corpo, quebra de quatro dentes e pontos no nariz.

Em decorrência do acidente, o autor teve dano pessoal na quantia de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) referente a restauração em resina em razão da perda de alguns dentes, a qual obedece a despesa médica, bem como danos materiais em sua motocicleta, este no valor de R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais) referente a despesa com o veículo por conta do acidente, conforme provas documentais em anexo.

É certo que em razão de acidente que envolva veículos automotores terrestres, como carros particulares, táxis, motocicletas, caminhões, ônibus urbanos, intermunicipais, rurais e interestaduais, até mesmo veículos de terraplanagem, a vítima ou seus familiares passam a ter direito ao recebimento de uma indenização, referente ao seguro obrigatório DPVAT, criado pela Lei de n.º 6.194, de 19.12.1974.

As indenizações do DPVAT são pagas independentemente de apuração de culpa, da identificação do veículo ou de outras apurações, desde que haja vítimas, transportadas ou não, bem como será correspondente ao valor das respectivas despesas, até o limite definido em tabela de ampla aceitação no mercado, tendo como teto máximo o valor vigente na data de ocorrência do sinistro, consoante o disposto na Medida Provisória n.º 340/06.

Entretanto, a Autor até o momento não recebeu o pagamento referente à indenização do seguro DPVAT a que tem direito. Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5º, da Lei 6.194/74, a doutrina e a jurisprudência majoritária, para o recebimento da indenização do seguro obrigatório basta simples prova do acidente e do dano decorrente, devendo,

então, a Seguradora participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido a requerente, uma vez já preenchidos os requisitos legais.

Portanto, a presente lide merece ser julgada totalmente procedente, pelas razões acima expostas.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Autor tem sua pretensão respaldada na Lei nº 6.194/74 que regula o pagamento das indenizações decorrentes de seguro obrigatório. Assevera o art. 3º: *Art. 3º- Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

O Requerente requer a procedência do pedido de indenização, considerados a época da liquidação do sinistro. Como suscitado anteriormente a *questio debeat* pode ser sintetizada na discussão sobre a possibilidade da fixação do valor de indenização do seguro obrigatório resultar de vontade das partes, em desacordo com o estabelecido legalmente. Para tanto, mister analisar a natureza do seguro obrigatório. De fato e como ensina Elcir Castello Branco o seguro obrigatório é uma garantia de que o Governo exige para proteger as vítimas, em razão do número crescente de eventos danosos, cf. "Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil".

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco in Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, RT., p. 205. E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: "É caracterizado como uma interferência do Poder Público na liberdade das pessoas, com o

objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *ad exemplum*, a condução de veículos automotores".

Com efeito, o seguro obrigatório - ao contrário dos demais contratos desta natureza - é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

DAS PROVAS e DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO

O autor pretende demonstrar a verdade sobre os fatos elencados na inicial, através dos documentos juntados em conjunto com a peça inaugural, **pugnando desde já pelo exame pericial, na forma da súmula 474 do STJ**, nos termos do inciso VI, do art. 319 do Código de Processo Civil de 2015.

O autor **dispensa** a audiência de conciliação e/ou mediação, nos termos do inciso do VII, do art. 319 do Código de Processo Civil de 2015, **bem como em razão da PANDEMIA COVID-19**.

DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requerer a Vossa Excelência que:

- a) a citação da requerida para apresentar resposta aos termos da presente, nos termos da lei, sob pena de decretação de revelia e incidência de seus efeitos;

- b) a dispensa da audiência de conciliação e/ou mediação, nos termos do inciso do VII, do art. 319 do Código de Processo Civil de 2015, bem como em razão da COVID-19;
- c) seja julgado procedente o pedido, **para condenar a Demandada em reparar os danos físicos sofridos pela autor, em razão do acidente acima mencionado e de acordo com o exame pericial, na forma da súmula 474 do STJ, além do valor de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) com a despesa médica, tudo a ser acrescido da correção monetária e juros legais, tal como vem se posicionando larga jurisprudência;**
- d) **Seja o requerido condenado também ao no dano material, no valor de R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais), conforme documento em anexo;**
- e) o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, na forma da lei;
- f) a condenação do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais.

Protesta pela produção de todos os meios de provas em direito admitidas.

Dá-se à causa o valor de considerado R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Pede Deferimento,

Tobias Barreto/SE, 17 de dezembro de 2020.

DANILO SANTOS SANTANA
OAB/SE 8.119

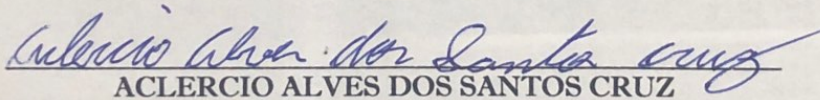
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ACLERCIO ALVES DOS SANTOS CRUZ, brasileiro, maior, capaz, portador do RG nº 36.304.938-1 SSP/SE e inscrito no CPF nº 019172835-71, residente e domiciliada na Rua Antônio Dórea de Moraes, nº 446, Tobias Barreto/SE CEP 49.300-000;

OUTORGADO: DANILO SANTOS SANTANA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Sergipe, sob o nº 8.119, e-mail danilossadv@hotmail.com e fone (79) 9999-9100, com domicílio profissional na Rua Joaquim Serafim Menezes, nº 130, Santa Rita, na cidade de Tobias Barreto, Estado de Sergipe, CEP Nº. 49.300-000;

NOMEAÇÃO E PODERES: Pelo presente instrumento particular de Procuração, o Outorgante nomeia como seu bastante procurador e advogado o Outorgado, conferindo-lhe amplos e ilimitados poderes, mais os da cláusula ad juditiaet extra para o foro em geral; podendo propor contra quem de direito a(s) ação(ões) competente(s) e defendê-lo(s) na(s) contrária(s), seguindo uma(s) e outra(s), até final(is) decisão(ões); conferindo-lhe, ainda, amplos e ilimitados poderes, por mais especiais que o sejam e, mais, os da parte final do art. 105, do Código de Processo Civil; inclusive os poderes de: confessar, desistir, transigir, firmar compromisso(s) ou acordo(s), receber e dar quitação(ões), podendo, ainda, substabelecer está a outrem, com ou sem reservas dos poderes aqui expressamente outorgados; ao que tudo será dado por bom, firme e valioso na: **ação de cobrança.**

Tobias Barreto/SE, 14/12/2020.


ACLERCIO ALVES DOS SANTOS CRUZ

Rua Joaquim Serafim de Menezes, 130 - Santa Rita
Cep: 49300-000 - Tobias Barreto/SE
79 99999.9100
danilossadv@hotmail.com

PROIBIDO PLASTIFICAR 923185414		923185414 923185414	
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO		VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 923185414 VALIDA	
ACELERIO ALVES DOS SANTOS CRUZ DOC. IDENTIDADE / Org. EMISSOR / UF 36304938 SSP/SP		CPF 019.172.835-71 DATA NASCIMENTO 08/01/1983	
FILIAÇÃO ANTONIO CARLOS DA CRUZ JOSEFA ALVES DOS SANTO S META		PERMISSAO AC CAT. HAB. AD	
VALIDADE 27/06/2019 1ª HABILITACAO 17/08/2005		Nº REGISTRO 03663414782	
LOCAL SAO PAULO, SP DATA EMISSAO 30/06/2014		ASSINATURA DO PORTADOR <i>Luciano Alves dos Santos Cruz</i>	
ASSINATURA DO EMISSOR <i>Luciano Alves dos Santos Cruz</i> 51673619537 SP610025155		DETRAN-SP (SAO PAULO)	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DETRAN SE 00000000 N° 015977264880
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA 1 COD. RENAVAM 01230058459 RNTRO EXERCÍCIO 2020

NOME

DANILO SANTOS SANTANA

CPF/CNPJ

019.426.605-29

PLACA

QML2J13

PLACA ANT/UF

2342100/SE

CHASSI

9C2KD0810LR042423

ESPÉCIE TIPO

PAS/MOTOCICLETA/

COMBUSTIVEL

ALCO/GASOL

MARCA/MODELO

HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB

2020

ANO MOD

2020

CAP/POT/CIL

2PBCV/162CC

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

VENC. COTA ÚNICA

VENC/COTAS

1°

FAIXA I.P.V.A

PARCELAMENTO/COTAS

2°

3°

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

AL. FIDUC. - ADM. DE CONS. NAC. HONDA LICITATÓRIO

OBSERVAÇÃO 088-29

DOCUMENTO DE FORTÉ OBRIGATÓRIO

NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

MOTOR: KD08E1L042461

LOCAL

TOBIAS BARRETO

DATA

30/06/2020

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

SE N° 015977264880 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2020 DATA EMISSÃO 30/06/2020

VIA 1 CPF / CNPJ 019.426.605-29 PLACA QML2J13

RENAVAM 01230058459 MARCA / MODELO HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB 2020 CAT. TARIF 09 N° CHASSI 9C2KD0810LR042423

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 3,64 DENATRAN (R\$) 0,40 CUSTO DO SEGURO (R\$) 4,05

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 IOF (R\$) 0,05 TOTAL A SER PAGO SEGURADO (R\$) 12,30

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO 19/06/2020

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04

NOV-2019

**DESO**

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE OPORTO

Rua Campo do São, 24, 4150-109 Oporto, Portugal
NÚMERO DE REGISTRO: 5057 E.O. 27/03/2002

FATURA MENSAL *

** ANEXO AVISO DE CONTAS **

MENSAGEM

336392.9

DANILO SANTOS SANTANA

RUA ANTONIO DOREA DE MORAIS, 446, TOBIAS BARRETO, 49300-000

414004/00098

16/12/2020

A20F144025

RES: 1

Leit. Anterior 6
 Leit. Atual 9
 Consumo Faturado (m3) 30
 Média de consumo (m3) 5
 Ocorrência de Leituras
 Data da Leit. Anterior 17/11/20
 Dias de Consumo 29
 Média diária (m3) 0,17
 Previsão para Próx. Leit. 15/01/21

HISTÓRICO DE CONSUMO

REF.	(m3)
11/20	00003
10/20	00002
09/20	00010

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PREVISÃO DE TRIBUTOS (R\$)
 COFINO: 11,79 PASEP: 2,56

Serviços	Valor
AGUA	37,74
ESGOTO	0,00
040 PARCELAMENTO DE CONTAS	6016 45,80
043 PARCEL. ACRES. IMPONT.	6016 0,00
080 MULTA P/IMPONTUALIDADE	0101 11/2020 3,09
758 RELIG DE SUPR EM LIG PADR	0404 68,45

Mês Referência	12/2020	VENCIMENTO: 28/12/2020	TOTAL A PAGAR (R\$)
			155,08

DEZEMBRO VERMELHO - MES DE ALERTA COM RELAÇÃO A AIDS: NÃO FIQUE EM DÚVIDA, FAÇA O TESTE

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art. 91, Decreto Lei nº 27.585/2010.

REDE GETNET

NORDESTE MTOS

CNPJ: 32.882.391/0002-92

29/10/20 15:28:55 AUT:048935 DOC:290005

EC:000000001503160 TERM: T3135460 C

CV:001005466 CAIXA:SW0000001 L:01014146

ARQC: C9EA78456737F7ED

VISA

*****6470

CREDITO PARCELADO LOJISTA

VALOR TOTAL : 745,00

QTDE PARCELAS : 06

VALOR 1A PARCELA : 124,20

VALOR DE MAIS PARCELAS: 124,16

TRANSACAO APROVADA MEDIANTE

infinitepay

Via Cliente
VISA - CREDITO PARCELADO
*****6470

DRA JOICE VELAMES ODONTOLOGIA
Avenida Getulio Vargas, 631 Tobias Barreto
SE

CNPJ: 36.718.992/0001-34

AID: A000000003101001 ARQC: 142B8E990794DA
5A

AUTH: 058043 - ONL-CHIP - VISA CREDITO

NSU HOST: 000020593843

ID: 058043

SERIAL: 6M131452

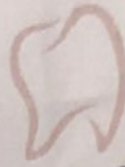
DATA/HORA: 05/11/2020 09:33:37

SANTOS/NILSON BARBOSA

VALOR: R\$ 580,00

Credito Parcelado Lojista (Sem Juros)

Total de Parcelas: 3



Dra. Joice Velames

Cirurgiã-dentista CRO/SE 2910

Adecio Alves dos Santos Cruz.

04 Rest. em Resina

$$04 \times 70,00 = 280,00$$

01 Faceta em Resina

200,00.

01 Respingem + Lini pz = + Fluor

Quinta: 9:15.

100,00.

Sexta: 8:30

$$\text{Total} = 580,00. = 3$$




(79) 99957-1117



@drajoicevelames



Av. Getúlio Vargas, 631


Dra Joice Velames
Cirurgiã Dentista
CRO/SE 2910



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE TOBIAS BARRETO - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00094052/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 14/12/2020 11:05:39 Data/Hora Fim: 14/12/2020 11:14:43
Origem: Órgão: Pessoa Física - Particular Tipo Documento: Outros Data: 14/12/2020
Delegado de Polícia: Fabio Alan Pinto Pimentel

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: Delegacia Regional de Tobias Barreto

Data/Hora do Fato: 25/10/2020 19:20

Local do Fato

Município: Tobias Barreto (SE)
Bairro: CENTRO
Logradouro: RODOVIA POVOADO ROMA VIA ITABAIANINHA

CEP: 49.300-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
20005: ACIDENTE COM LESÕES	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ACLERCIO ALVES DOS SANTOS CRUZ (VÍTIMA, COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Masculino	Nasc: 08/01/1983	Idade: 37
Profissão: Agricultor			
Estado Civil: Solteiro(a)		Naturalidade: Tobias Barreto - SE	
Nome da Mãe: Josefa Alves dos Santos Neta		Nome do Pai: Antônio Carlos da Cruz	

Documento(s)

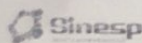
RG: 36.304.938-1
CPF: 019.172.835-71

Endereço

Município: Tobias Barreto - SE
Logradouro: RUA ANTONIO DOREA DE MORAIS Nº: 446
Complemento: CASA
Bairro: CENTRO CEP: 49.300-000
Telefone: (79) 98817-9536 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 019.426.605-29	Placa QML2J13
Renavam 01230058459	Número do Motor KD08E1L042461
Número do Chassi 9C2KD0810LR042423	Ano/Modelo Fabricação 2020/2020
Cor PRETA	UF Veículo SE
Município Veículo Tobias Barreto	Marca/Modelo HONDA/NXR160 BROS ESDD
Veículo Adulterado? Não	Situação Meio Empregado, Envolvido
Última Atualização Denatran 30/06/2020	Situação do Veículo ALIENACAO_FIDUCIARIA_FILE_VEICULOS



Impresso por: Roberto Livo Rodrigues Ferreira
Data de Impressão: 14/12/2020 11:14:53

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Fábio Alan Pinto Pimentel
DELEGADO DE POLÍCIA

Fábio Alan Pin...
DELEGADO DE POLÍCIA



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE TOBIAS BARRETO - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

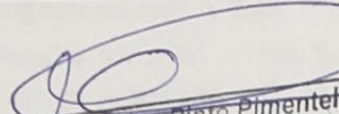
Nº: 00094052/2020

Nome Envolvido	Envolvimentos
Adercio Alves dos Santos Cruz	Possuidor, Exibidor

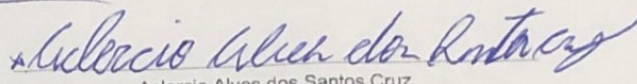
RELATO/HISTÓRICO

Relata o noticiante que no dia 25/10/2020, por volta das 19:20, sofreu um acidente de trânsito enquanto pilotava a motocicleta acima mencionado; que o acidente foi provocado por causa de outro piloto que estava no meio da rodovia parado, além disso, a rodovia se encontra em péssima condição, diante da situação, o noticiante perdeu o controle e caiu no solo, consequentemente teve escoriações no corpo e quebra de quatro dentes e pontos médicos no nariz; que foi encaminhado pela o SAMU para o Hospital São Vicente de Paulo, conforme prontuário médico nº 7557-P. Presta esta ocorrência para retirada do seguro DPVAT. É o relato.

ASSINATURAS

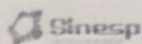

Fabio Alan Pinto Pimentel
DELEGADO DE POLÍCIA

Roberto Livo Rodrigues Ferreira
Responsável pelo Atendimento


Adercio Alves dos Santos Cruz

Vítima, Comunicante

Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que deli origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.



Impresso por: Roberto Livo Rodrigues Ferreira
Data de Impressão: 14/12/2020 11:14:53

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

PRONTUÁRIO	
N.º: 7557-P	Data: 25/10/2020 Hora da Entrada: 19:20
Nome: <u>Alicia Alves dos Santos</u>	
CPF:	Identificação
RG:	N.º Cartão SUS:
Data de Nascimento: 08/01/1993	Estado Civil: <input checked="" type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Outro:
Profissão: <u>Lavador</u>	Idade: 26 Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.
Filiação (Mãe): <u>Josefa Alves dos Santos Neto</u>	Tel. Contato:
Endereço: <u>Rua do Bolo 74</u>	
Bairro:	Cidade/UF: <u>JB</u>
Observação: <u>Não apresentou documento.</u>	Prontuário preenchido por: <u>Marcos</u>
Atendimento de Enfermagem	
Hora: <u>19:30</u>	
<u>Omiti em codificação de roda (SIC) o realizado, devido a motocicleta, apresenta inscrições em listras e foice.</u>	
Alergia Medicamentosa: <input type="checkbox"/> Sim: <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não Sabe Informar	
Peso: FR: PA: <u>140x90</u> mmHg P: T:	
Classificação do Atendimento: <input type="checkbox"/> Ambulatório <input type="checkbox"/> Urgência/Emergência	Carimbo e Assinatura: <u>Valdelene</u>
Atendimento Médico	
1. Anamnese e Exame Físico:	
<u>Arterial de vaso 5/capareto</u>	
<u>alcofogado</u>	
2. Hipótese Diagnóstica:	
<u>Arterial de vaso</u>	
3. Conduta / Prescrição:	
<u>1) Sutura 9 fio 2/0</u>	Horário
<u>2) Propofol 100mg + 100ml SF 0,9% EV</u>	
<u>3) Sdruto Rx + Oxax PA</u>	
<u>Rx normal</u>	
<u>Alta cl AIVE p/ casa</u>	
<u>Dra. Alice Lima O. Neta</u> Médica CRM/SE 5217	
<u>Dra. Alice Lima O. Neta</u> Médica CRM/SE 5217	
<u>Assinatura do(a) Cliente / Responsável</u>	<u>Carimbo e Assinatura do(a) Médico(a)</u>
	<u>Carimbo Médico de O. Cavalcante</u> Médica CRM/SE 4513

EXAMES SOLICITADOS

INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA

19:30 - Cliente com cadeira de rodas, acompanhado por irmão, volta queda de motoveículo (SIC) realizado, apresenta ferimentos em face, mãos e tornozelos, US 155, queixa-se de dor torácica, avaliado pelo UP, feito limpeza com antisséptico e porfirine, encaminhado ao PR.

20:20 - Riso 2 avaliado pelo UP, auxiliado em sutura, feito curativo e lavado em US 155. Feito curativo e lavado em US 155. Feito curativo e lavado em US 155. Feito curativo e lavado em US 155.

21:20 - Cliente avaliado pelo UP, liberado para casa com orientações e alta médica.

SAÍDA: ☒ Alta☐ Transferência☐ Evasão / Desistência / Alta a Pedido☐ Óbito

Data: 25 / 10 / 20

Hora: 21 : 20

Assinatura do(a) Cliente / Responsável

Carimbo e Assinatura do(a) Médico(a)

Tobias Barreto, 02 de Novembro de 2020.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o Sr. **Aclercio Alves dos Santos Cruz**, portador de R.G-36.304.938-1, CPF-019.172.835-71, foi atendido nesta Unidade de Saúde no dia 25 de outubro do corrente ano, às 19h:20min, conforme prontuário nº-7557 P (em anexo), vítima de queda de motocicleta.

Importante ressaltar que durante a confecção do prontuário o mesmo não apresentou documentação, por isso foi preenchido erroneamente.

Sem mais para o momento elevo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Elaine D. Feitoza Silva
Elaine Conceição Feitoza Silva
Assistente Social CRESS-1658

Elaine Conceição Feitoza
Assistente Social
CRESS 1658 18ª REGIÃO



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202085502136

DATA:

07/01/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202100003}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202085502136

DATA:

11/01/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro a gratuidade judiciária requerida na inicial, o que o faço com arrimo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 98 do NCPC. Nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil, Proceda a Secretaria com designação de audiência de conciliação, no Fórum local. Intime-se a parte autora, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se a ré para comparecer à audiência designada, salientando que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se às partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se à demandada que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (trinta) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto

Nº Processo 202085502136 - Número Único: 0004319-12.2020.8.25.0075
Autor: ACLERCIO ALVES DOS SANTOS CRUZ
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro a gratuidade judiciária requerida na inicial, o que o faço com arrimo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 98 do NCPC.

Nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil, Proceda a Secretaria com designação de audiência de conciliação, no Fórum local.

Intime-se a parte autora, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC).

Cite-se a ré para comparecer à audiência designada, salientando que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC).

Ressalte-se às partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC).

Adverta-se à demandada que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (trinta) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.



Documento assinado eletronicamente por **ANA MARIA ANDRADE FREIMAN BARROZO**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto, em 11/01/2021, às 16:53:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000025378-75**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202085502136

DATA:

12/01/2021

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

 Designo o dia 23/03/2021 às 10h:50min para que seja realizada audiência de Conciliação/Mediação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202085502136

DATA:

12/01/2021

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Cite-se a ré para comparecer à audiência designada, salientando que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se às partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Designo o dia 23/03/2021 às 10h:50min para que seja realizada audiência de Conciliação/Mediação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não